



RECOMENDAÇÕES DO GT ORÇAMENTO DA FPAMB

Ao Projeto de Lei
de Diretrizes
Orçamentárias
(PLDO) 2026



CENÁRIO



O Mundo enfrenta uma crise climática cada vez mais visível e devastadora. Enchentes, secas, queimadas e ondas de calor têm ceifado vidas, destruído cidades e comprometido economias locais. Esses desastres revelam tanto a urgência de medidas estruturantes quanto a fragilidade histórica da política nacional de adaptação e o subfinanciamento crônico da gestão de riscos e desastres.

De acordo com análise do Inesc (2024), apesar da aprovação de marcos importantes, como a Lei nº 14.904/2024, a execução orçamentária brasileira continua marcada por respostas emergenciais e reativas. A maior parte dos recursos é mobilizada apenas após a ocorrência dos desastres, por meio de créditos extraordinários, enquanto ações preventivas, estruturantes e de combate às desigualdades permanecem em segundo plano. As últimas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) revelam, ainda segundo o Inesc, esse padrão: cortes sucessivos no financiamento da agenda climática, com reforços orçamentários quase sempre feitos via créditos extraordinários, episódicos e insuficientes.

É nesse contexto que se insere nossa 'Proposta de Emenda ao PLN nº 2/2025'. A primeira emenda propõe a criação do Identificador de Uso Climático (IU-9), instrumento que trará maior transparência, padronização e controle social sobre os recursos destinados à agenda climática, especialmente em relação à mitigação e adaptação. A segunda prevê que pelo menos 10% das emendas parlamentares sejam reservadas, de forma obrigatória, às ações de combate à emergência climática.

Com relação às emendas parlamentares, o impacto potencial é expressivo. Para 2026, estima-se que as emendas individuais (RP 6) alcancem R\$26,7 bilhões, as de bancada estadual (RP 7) somem R\$15,4 bilhões e as de comissão (RP 8) atinjam R\$12,1 bilhões, totalizando cerca de R\$ 54,2 bilhões, conforme projeções do PLDO 2026. A reserva mínima de 10% significaria assegurar aproximadamente R\$5 bilhões anuais, para serem utilizados, exclusivamente, no enfrentamento da emergência climática.

O Congresso Nacional tem a chance de mudar a forma como o Brasil enfrenta a emergência climática, aprovando emendas que asseguram menos improviso e respostas tardias, mais planejamento, previsibilidade e transparência.

PROPOSTA DE EMENDAS AO PLN Nº 2, DE 2025 (PLDO-2026)

Objetos:

1. Criação de um Identificador de Uso Climático (IU-9).
2. Reservar no mínimo 10% das emendas parlamentares (RP 6, RP 7 e RP 8) para ações orçamentárias de enfrentamento às mudanças climáticas, compreendendo as ações de mitigação e adaptação.

Observação: quando necessário, renumerem-se incisos e parágrafos subsequentes para evitar conflito de numeração.

EMENDA Nº 1 (ADITIVA) – CRIA O IDENTIFICADOR DE USO CLIMÁTICO (IU-9)

Dispositivo: Ao art. 7º, § 10, acrescente-se o inciso abaixo.

Texto proposto: Art. 7º, §10, inciso IX – recursos para identificação das despesas direcionadas ao combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática, compreendidas as despesas de mitigação e de adaptação, conforme o inciso I do art. 74 da Constituição Federal e nos termos do inciso VI, art. 3º e inciso V, art. 4º, ambos da Lei n. 14.802/2024 (IU-9).

Justificativa: A adoção de um IU-Clima permite que o esforço de identificação do gasto climático não fique restrito a exercícios pontuais e seja incorporado aos sistemas orçamentários (Siop/Siafi) e às peças PPA-LDO-LOA. Isso garante comparabilidade intertemporal e padronização entre órgãos setoriais e níveis de governo, inclusive com potenciais desdobramentos no rastreamento dos gastos climáticos subnacionais. Por isso, a criação de um Identificador de Uso Climático (IU-Clima) na LDO/LOA é o passo lógico de operacionalização permanente e garantia do controle social nessa agenda.



EMENDA Nº 2 (ADITIVA) – GARANTIA DE 10% DAS EMENDAS PARLAMENTARES PARA AÇÕES DE COMBATE À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA.

Dispositivo: Ao art. 13, acrescente-se o § 7º-A.

Texto proposto: Art. 13, § 7º-A. As reservas específicas de que tratam os §§ 5º e 6º deverão assegurar que pelo menos 10% (dez por cento) do montante destinado às programações incluídas ou acrescidas por emendas classificadas como RP 6, RP 7 e RP 8, na forma do art. 7º, § 4º, II, “d”, sejam alocadas nas ações de combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática, compreendidas as de mitigação e de adaptação, conforme os programas previstos no anexo de Prioridades e Metas - Anexo VIII, desta lei, sem prejuízo do cumprimento das vinculações constitucionais e legais, especialmente aquelas relativas à saúde e à educação, bem como da compatibilidade com o PPA 2024-2027.

Justificativa: A proposta incentiva que uma fração mínima das emendas parlamentares seja destinada à adaptação climática. A medida responde à baixa execução atual nesse campo e amplia a justiça climática. Municípios vulneráveis serão beneficiados com mais previsibilidade orçamentária. Promove maior capilaridade e eficácia das ações adaptativas. Está alinhada ao princípio da equidade e aos compromissos climáticos assumidos pelo país.





Visite o
SITE

www.frenteambientalista.com

